

JEFFERSON ROBERTO DE OLIVEIRA

A EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS BANCÁRIOS

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR como requisito para a obtenção do título de especialista no Curso de Pós-Graduação em Controladoria.

Orientador: Prof. Dr Vicente Pacheco

**CURITIBA
2008**

AGRADECIMENTOS

Agradeço à energia do mundo que me fornece vida e força de viver, à minha família, especialmente à minha irmã Michelle C de Oliveira, que gastou uma parte do seu tempo para conciliar à pesquisa de campo desse trabalho, lhe agradeço muito. Aproveito para agradecer a oportunidade que essa especialização proporcionou-me de conhecer pessoas, amigas e inesquecíveis. À Patrícia Zancanaro que fez a correção ortográfica deste trabalho. Agradeço ao meu amor, que compreendeu a minha ausência nos sábados de aulas que resultaram nessa monografia, e por fim, ao meu orientador e Prof^o Dr Vicente Pacheco, que foi profissional e atencioso as meus questionamentos.

RESUMO

OLIVEIRA, Roberto Jefferson Evolução dos Produtos Bancários. Essa monografia tem a finalidade de mostrar de quão grande as Instituições Financeiras são para as sociedades, tanto ao meio empresarial quanto para as pessoas físicas.

A pesquisa acadêmica, que resultou em uma obtenção da união das informações dos produtos bancários com a evolução das sociedades, mostra claramente quão grande é a necessidade social a respeito do assunto, tanto para as pessoas físicas quanto para as jurídicas, que sempre utilizaram dos serviços bancários no intuito de aumento de capital e sobrevivência no mercado.

O leitor poderá analisar informações relacionadas aos ajustes que os bancos brasileiros e internacionais fizeram ao longo dos últimos anos. Os bancos brasileiros, que antes eram do Governo, passaram por um processo de privatização devido à invasão dos bancos internacionais, que tornaram as praças mais aquecidas.

As principais mudanças no cenário econômico brasileiro foram resultados da estabilização da moeda. O advento do plano real trouxe um ajuste da inflação que fez com que o aumento do consumo, devido à oferta de financiamento de longo prazo, principalmente de bens duráveis e também de bens não duráveis.

A Economia e os bancos por meio da expansão dos cartões de crédito forneceram nos últimos anos a utilização dessa forma de consumo tornando disponível nos estabelecimentos mais inusitados, como feiras – livres e bancas de jornal. As administradoras de cartões de créditos no intuito de aumentar ainda mais sua participação no mercado fomentaram contratos com grandes redes comerciais, por meio dessas redes foi possível conquistar mais clientes, o cliente por sua vez com o cartão de crédito do mercado de sua preferência teve acesso às vantagens e prazos fornecidos por essas bandeiras.

Palavras chaves: Produtos bancários; Bancos; Serviços bancários; Sociedade; Consolidação Bancária.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
1.1	A sociedade e os produtos bancários.....	4
1.2	Sistema Financeiro Nacional.....	5
1.3	Cenários Econômicos.....	8
1.4	Classificação das contas – nos bancos múltiplos.....	10
2	ESTADO DA ARTE	14
2.1	Serviços bancários	15
2.2	Os principais produtos bancários	18
2.3	Normativos para as Instituições Financeiras	20
2.4	Mensuração do risco operacional.....	21
3	TENDÊNCIAS DA CONSOLIDAÇÃO DOS BANCOS.....	23
3.1	Consolidação Bancária no Mundo.....	27
3.2	Consolidação Bancária nos Países da OCDE.....	29
3.3	Características e especificidades dos países emergentes	29
3.4	As mudanças da Consolidação bancária no Brasil e o Plano Real	32
3.5	Privatização dos Bancos Estaduais.....	33
3.6	Desregulamentação e abertura do capital estrangeiro	34
3.7	Efeitos do acordo da Basileia	36
4	PESQUISA DE CAMPO	38
5	CONCLUSÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	46

LISTA DE GRÁFICOS

1º gráfico – informações obtidas na pesquisa.....	39
2º gráfico – informações obtidas na pesquisa.....	40
3º gráfico – informações obtidas na pesquisa.....	41
4º gráfico – informações obtidas na pesquisa.....	42
5º gráfico – informações obtidas na pesquisa.....	43

1 INTRODUÇÃO

O projeto dessa pesquisa acadêmica fará com que o leitor possa estabelecer quão grande é a importância dos produtos bancários para as sociedades.

Por meio de gráficos e informações históricas, ele poderá acompanhar a formação e a utilidade desses produtos para a sociedade ao longo dos anos.

No Brasil, o Banco Central, que normatiza esses produtos foi uma das principais fontes de pesquisas e os bancos múltiplos foram às fontes para pesquisa dos produtos.

Enfim, a pesquisa juntará dados históricos e econômicos para mostrar de como os produtos bancários ajudaram e continuam ajudando o desenvolvimento das sociedades.

1.1 A sociedade e os produtos bancários

Por que é grande a importância dos produtos bancários para as sociedades?

A importância dos produtos bancários para as sociedades é grande por que possibilita à integração no mercado financeiro, adequando-se a demanda social. Esses produtos foram desenvolvidos no intuito de atender tanto as pessoas jurídicas quanto as pessoas físicas.

Os exemplos de produtos, os quais serão utilizados nessa pesquisa acadêmica, são os comercializados nos bancos múltiplos.

Os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras.

A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público. O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras,

sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima.

O objetivo dessa pesquisa é mostrar de que forma os produtos bancários estão envolvidos no desenvolvimento socioeconômico das sociedades.

O projeto busca, por meio de informações financeiras e históricas, a importante aplicação que esses produtos têm para uma sociedade.

As pesquisas históricas foram realizadas por meio de consulta de livros especializados em História da Economia, cujos autores estiveram junto às sociedades.

Os dados econômicos foram obtidos tanto por pesquisas bibliográficas quanto por análises de sites especializados no assunto.

A pesquisa proporcionou buscas em instituições financeiras, em que foram estudados os normativos que direcionam as instituições e de que forma esses são disponibilizados e negociados junto às sociedades.

O Banco Central, o principal órgão que normativa as instituições financeiras, será uma das fontes para essa pesquisa.

A justificativa para essa pesquisa é buscar de forma clara e objetiva a participação dos produtos financeiros na sociedade.

1.2 Sistema Financeiro Nacional

Conselho Monetário Nacional – CMN = Órgão normativo, responsável pela fixação das políticas monetária, creditícia e cambial do País.

Pelo desenvolvimento destas políticas no cenário econômico, o CMN acaba transformando-se num conselho de política econômica.

Banco Central – BACEN = Órgão executivo do Sistema Financeiro, ao qual cabe a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento do sistema e as normas expedidas pelo C.M.N.

Considerado o Banco dos bancos, é o executor da política monetária e o banco emissor do papel moeda. Em resumo, é por meio do BACEN que o Estado intervém diretamente no sistema financeiro e, indiretamente, na economia.

Comissão de Valores Mobiliários – CVM = Órgão normativo vinculado ao governo, voltado para o desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado de valores mobiliários, basicamente o mercado de ações e debêntures.

Banco do Brasil – BB = Opera, na prática, como agente financeiro do Governo Federal. É o principal executor da política oficial de crédito rural.

Desempenha, ainda, algumas funções não próprias de banco comercial, como:

- executar o serviço de compensação de cheques e outros papéis;
- atuar como agente recebedor e pagador fora do país.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES = Instituição responsável pela política de investimento de longo prazo. É a principal Instituição Financeira a estimular o desenvolvimento econômico do País.

Sistema Financeiro da Habitação = Conjunto de organismos financeiros governamentais e privados, cujo objetivo é estimular e realizar a construção de habitações populares e a aquisição da casa própria.

As Associações de Poupança e Empréstimo (APE) e as Sociedades de Crédito Imobiliário (SCI), pertencem ao Sistema Financeiro da Habitação, com atividades exclusivas.

Associação de Poupança e Empréstimo = São entidades constituídas sob forma de fundações, cooperativas, etc, sem fins lucrativos, cuja finalidade é a aquisição e construção de casa própria.

Sociedade de Crédito Imobiliário = São entidades financeiras privadas, de apoio ao Sistema Financeiro da Habitação, constituídas com a finalidade de realizar financiamentos imobiliários diretos ao mutuário final ou por meio de abertura de crédito a favor de empresários, destinados a empreendimentos imobiliários.

Instituições Financeiras = As instituições financeiras são diferenciadas segundo suas funções de crédito. Assim existem, Bancos Múltiplos, Bancos de Desenvolvimento, Bancos Comerciais, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento e Bancos de Desenvolvimento.

Bancos Múltiplos = São instituições que operam em mais de uma carteira, por exemplo, carteira comercial, carteira de crédito imobiliário, etc.

Bancos de Desenvolvimento = Como já visto anteriormente, o BNDES é o principal agente do Governo para financiamentos ao setor produtivo. Existem também os bancos regionais de desenvolvimentos, controlados pelos governos estaduais, cuja finalidade é fornecer crédito de longo prazo às empresas localizadas nos respectivos estados.

Bancos Comerciais = Têm como principal função atuar como intermediários financeiros, que recebem recursos em depósito à vista e a prazo e distribuem em forma de empréstimos e financiamentos a quem necessita de recursos. Atuam também na prestação de serviços (recebimento de tributos).

Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento = São conhecidas no mercado como Financeiras. Têm como função financiar bens de consumo duráveis por crédito direto ao consumidor (crediário). Não podem manter contas-correntes; seu instrumento de captação de recursos são as Letras de Câmbio.

Bancos de Investimentos = Operam com repasses de recursos às empresas para capital de giro e investimentos no ativo permanente. Não podem captar depósitos à vista, porém obtêm recursos por intermédio de depósitos a prazo (CDB – Certificado de Depósito Bancário).

Bolsa de Valores = Instituição civil sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal manter local adequado para a realização de compra e venda de ações.

Sociedades Corretoras = São instituições típicas do mercado acionário, que têm como atividade principal fazer a intermediação das ordens de compra e venda de ações em bolsa de valores, solicitados pelos clientes.

Sociedades Distribuidoras = Sua função é semelhante à de uma sociedade corretora, porém não são habilitadas a intermediar, diretamente, negócios em bolsa de valores, podendo, apenas, operar por meio das corretoras.

1.3 Cenários Econômicos

O Governo também pode influenciar na atividade bancária ao tomar decisões de política econômica. Este assunto é de grande importância. Muitas vezes, uma determinação governamental muda os rumos da economia e afeta instantaneamente os negócios dos bancos e dos seus clientes.

A Política Econômica é a forma por meio da qual o governo interfere na economia, visando à estabilidade e crescimento. Didaticamente, é subdividida em:

- Política Fiscal
- Política Monetária
- Política Cambial

- Política Fiscal

É a ação do Estado no que se refere às receitas e despesas do governo.

- Receitas: tudo o que o governo arrecada num determinado período de tempo. As principais fontes de receita são: arrecadação de tributos e venda/concessão de serviços públicos.

- Despesas: tudo o que o governo gasta num determinado período de tempo. Principais despesas do governo: pagamento dos funcionários, manutenção da máquina administrativa e investimentos públicos.

A Política Fiscal pode ser Restritiva ou Expansiva. Uma política restritiva reduz a quantidade de moeda em circulação, enquanto a política expansiva aumenta a liquidez da Economia. Para praticar a política fiscal, o governo conta com instrumentos:

- alíquotas de impostos
- gastos públicos
- concessão de subsídios
- transferências financeiras

- Política Monetária

É o conjunto de medidas adotadas pelo governo para adequar a quantidade de moeda em circulação às necessidades da Economia.

São instrumentos de Política Monetária:

- Depósito Compulsório: mecanismo por meio do qual o BACEN reduz o total de meios de pagamento existente na economia, uma vez que os bancos são obrigados a manter no Banco Central parte de seus depósitos.

- Empréstimos de Liquidez ou Redesconto: é a concessão de assistência financeira a instituições do Sistema Financeiro Nacional, destinado a atender eventuais problemas de caixa, desde que de caráter breve e momentâneo. O objetivo do empréstimo de liquidez é evitar que eventuais desequilíbrios de alguma instituição possam repercutir no sistema, causando insegurança.

- Operações de Mercado Aberto ou "*Open Market*": mercado no qual o Banco Central regula o fluxo de moeda, comprando e vendendo títulos da dívida pública. Quando existe muito dinheiro em circulação, o BACEN vende títulos e, quando quer aumentar a quantidade de dinheiro em circulação, compra os títulos. Essas operações são intermediadas por instituições financeiras.

- Política Cambial:

É a administração da taxa de câmbio para garantir o funcionamento regular do mercado. O gestor da política cambial é o BACEN que atua nas transações entre o Brasil e o exterior.

A taxa de câmbio é a relação entre duas moedas (quantos reais são necessários para adquirir um dólar, por exemplo), e pode estimular ou desestimular as trocas internacionais, ou seja, movimentos de mercadorias, serviços e capitais entre os países.

Percebe-se que o resultado da Balança Comercial pode ser bastante influenciado pela taxa de câmbio, uma vez que um câmbio favorável pode contribuir para aumentar a competitividade do produto nacional do exterior.

1.4 Classificação das contas – nos bancos múltiplos

Elenco das contas;

1 - Cada uma das instituições relacionadas tem elenco de contas próprio, sendo que as associações de poupança e empréstimo devem utilizar o das sociedades de crédito imobiliário. Tais contas são aquelas constantes do COSIF, sendo permitida, a cada instituição, a utilização, apenas, dos títulos contábeis ali previstos, com o atributo próprio da instituição, observado o contido no item seguinte.

2 - A disposição dos títulos contábeis no Elenco de Contas observa, na Relação de Contas, a seqüência do código de contas, e, na Função das Contas, a ordem alfabética.

3 - A codificação das contas observa a seguinte estrutura:

a) 1º dígito - GRUPOS

I - Ativo:

1 - Circulante e Realizável a Longo Prazo;

2 - Permanente;

3 - Compensação;

II - Passivo:

4 - Circulante e Exigível a Longo Prazo;

5 - Resultados de Exercícios Futuros;

6 - Patrimônio Líquido;

7 - Contas de Resultado Credoras;

8 - Contas de Resultado Devedoras;

9 - Compensação.

1 - Ativo - as contas dispõem-se em ordem decrescente de grau de liquidez, nos seguintes grupos

a) Circulante:

I - disponibilidades;

II - direitos realizáveis no curso dos doze meses seguintes ao balanço;

III - aplicações de recursos no pagamento antecipado de despesas de que decorra obrigação a ser cumprida por terceiros no curso dos doze meses seguintes ao balanço;

b) Realizável a Longo Prazo:

I - direitos realizáveis após o término dos doze meses subseqüentes ao balanço;

II - operações realizadas com sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da instituição que, se autorizadas, não constituam negócios usuais na exploração do objeto social;

III - aplicações de recursos no pagamento antecipado de despesas de que decorra obrigação a ser cumprida por terceiros após o término dos doze meses seguintes ao balanço;

c) Permanente:

I - Investimentos:

- participações permanentes em outras sociedades, inclusive subsidiárias no exterior;

- capital destacado para dependências no exterior;

- investimentos por incentivos fiscais;

- títulos patrimoniais;

- ações e cotas;

- outros investimentos de caráter permanente;

II - Imobilizado:

- direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da instituição e à exploração do objeto social ou exercidos com essa finalidade;

III - Diferido:

- aplicações de recursos em despesas que contribuam para formação do resultado de mais de um exercício, tais como gastos de constituição, expansão, fundo de comércio, instalação e adaptação de dependências;

- juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período anterior ao início das operações sociais.

2 - Passivo - as contas classificam-se nos seguintes grupos:

a) Circulante:

- obrigações, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do Ativo Permanente, quando se vencerem no curso dos doze meses seguintes ao balanço;

b) Exigível a Longo Prazo:

- obrigações, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do Ativo Permanente, quando se vencerem após o término dos doze meses subseqüentes ao balanço;

3 - Resultados de Exercícios Futuros - representam recebimentos antecipados de receitas antes do cumprimento da obrigação que lhes deu origem, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes, quando conhecidos, a serem apropriadas em períodos seguintes e que de modo algum sejam restituíveis.

4 - Patrimônio Líquido - divide-se em:

a) Capital Social;

b) Reservas de Capital;

c) Reservas de Reavaliação;

d) Reservas de Lucros;

e) Lucros ou Prejuízos Acumulados.

5 - No Circulante e no Longo Prazo, a classificação das contas obedece às seguintes normas:

a) nos balancetes de março, junho, setembro e dezembro a classificação observa segregação de direitos realizáveis e obrigações exigíveis até três meses seguintes ao balancete dos realizáveis ou exigíveis após o término desse prazo;

b) o levantamento dos valores realizáveis ou exigíveis até três meses e após esse prazo, pode ser realizado extra contabilmente ao final de cada trimestre civil. Os relatórios e demais comprovantes utilizados no levantamento constituem documentos de contabilidade, devendo permanecer arquivados, juntamente com o movimento do dia, devidamente autenticados, para posteriores averiguações;

c) quando houver pagamentos e recebimentos parcelados, a classificação se faz de acordo com o vencimento de cada uma das parcelas;

d) as operações de prazo indeterminado, para efeito de segregação nos balancetes nos quais é exigida, classificam-se, as ativas no realizável após três meses e as passivas no exigível até três meses, ressalvados, contudo, os fundos ou programas especiais alimentados com recursos de governos ou entidades públicas e executados na forma de disposições legais ou regulamentares que, devido a suas características de longo prazo, devem ser classificados no exigível após três meses;

e) na classificação, levam-se em conta o principal, rendas e encargos do período, variações monetária e cambial, rendas e despesas a apropriar;

f) observada a ordem das contas, os valores correspondentes ao realizável ou exigível até três meses e após três meses inscrevem-se nas colunas verticais auxiliares dos modelos de balancete e balanço geral;

g) para fins de publicação, além das demais disposições, os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano devem ser segregados, respectivamente, em Circulante e Longo Prazo, na forma da Lei.

h) para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

6 - Contas Retificadoras - figuram de forma subtrativa, após o grupo, subgrupo, desdobramento ou conta a que se refiram.

2 ESTADO DA ARTE

O intuito dessa revisão bibliográfica é alicerçar por meio de informações técnicas e científicas as necessidades dos produtos bancários junto às sociedades e apresentar quais são as normas utilizadas para a oferta desses produtos.

O mercado financeiro cumpre sua finalidade quando permite eficiente interação entre poupadores e tomadores de recursos, sendo que essa transação trará à sociedade crescimento da economia.

A moeda serve com três importantes funções; sendo ela primeiramente um instrumento de troca. Também será considerada como medida de valor e, por fim, serve como reserva de valor, o qual poderá aumentar de acordo com a forma de aplicação.

A política monetária aplicada pelo Banco Central utiliza três instrumentos clássicos: recolhimento compulsório, operações de mercado e políticas de redesconto bancário.

Os recolhimentos compulsórios representam um percentual incidente sobre os depósitos bancários captados pelos bancos comerciais os quais são colocados à disposição do Banco Central.

As operações de mercado servem para regular o fluxo monetário da economia e influenciar as taxas de juros em curto prazo.

As taxas de redesconto agem ao mesmo tempo sobre o nível de liquidez monetária da economia e também sobre as taxas de juros praticados pelos bancos.

Conforme Fortuna (2003); “A política fiscal centraliza suas preocupações nos gastos do setor público e nos impostos cobrados da sociedade, buscando o equilíbrio entre arrecadação tributária e as despesas governamentais.”.

È a política de receitas e despesas do Governo. Envolve a definição e a aplicação da carga tributária exercida sobre agentes econômicos, bem como a definição dos gastos do Governo, que tem com base tributos captados.

A política cambial é responsável pela administração de taxas de câmbio promovendo alterações das cotações cambiais, de forma mais abrangente controla as transações internacionais executadas em um país.

A balança de pagamentos registra os valores de todas as transações internacionais efetuadas por um país.

A formação de juros é apropriadamente identificada com o preço do crédito, refletindo uma dimensão temporal, os juros exprimem o preço de troca de ativos disponíveis em diferentes momentos do tempo.

2.1 Serviços bancários

Os bancos oferecem alguns serviços os quais são; depósito à vista, compensação de cheques e outros papéis, cobrança de títulos, pagamento de títulos e carnês, cofres de aluguel, transferência automática de fundos, arrecadação de tributos e tarifas, etc.

Atualmente os bancos oferecem serviços a domicílio através da Internet no *Home Banking* e através de central de atendimentos que funcionam vinte e quatro horas por dia e em sete dias da semana.

Há produtos de captação: Certificados de Depósitos Bancários e Recibos de Depósito Bancário (CDB/ RDB), Letras de Câmbio, Letras Hipotecárias, Letras de Créditos Imobiliários, Depósitos a prazo de Reaplicação automática, títulos de desenvolvimento Econômico, Títulos de Créditos Imobiliário entre outros.

Produtos de empréstimos, *Hot money*, cheques especiais, crédito rotativo, desconto de títulos, financiamento de tributos, contatos de mútuos, *vendor finance*, aluguel de *export notes*, os CDC – crédito direto ao consumidor, crédito automático por cheque, operações de penhor, cessão de créditos, assunção de dívida e garantia de empréstimos.

Como definido por Fortuna, (2003); “há também o dinheiro de plástico que facilita o dia-a-dia das pessoas e representa um enorme incentivo ao consumo por representar uma alternativa de crédito intermediada pelo mercado bancário”.

Esse dinheiro são os cartões magnéticos, que podem ser os de débitos ou Private Labels, os cartões de crédito, os cartões inteligentes ou múltiplos, como são conhecidos por possuírem tanto a função de débito quanto de crédito. Desses cartões, alguns são apresentados com chips facilitadores de memória. Os cartões de crédito são vinculados a uma bandeira, intermediadora entre o consumidor e os estabelecimentos comerciais.

E, por fim, os bancos oferecem os financiamentos imobiliários por meio do Sistema de Financiamento Habitacional facilitam a população acesso ao crédito Imobiliário e ao Crédito Rural, a fim de atender a economia rural da sociedade.

De acordo com Hasting, (2006):

O termo **produto**, quando se refere àquilo que as instituições financeiras oferecem ao mercado, é usado em sentido figurado. De fato, no sentido rigoroso do termo, os bancos não oferecem produto algum – oferecem, isto sim, **serviços**, caracterizando-se como empresas prestadoras de serviços financeiros. Entretanto, o uso do termo *produto* tem se tornado tão comum o ambiente das instituições financeiras, assumindo sentido cristalino, que não há motivo prático para condená-lo.

A conta de depósito à vista é o tipo mais usual de conta bancária. Nela, o dinheiro do depositante fica à sua disposição para ser sacado a qualquer momento.

A conta de depósito a prazo é o tipo de conta onde o seu dinheiro só pode ser sacado depois de um prazo fixado por ocasião do depósito.

A conta de poupança foi criada para estimular a economia popular e permite a aplicação de pequenos valores que passam a gerar rendimentos mensalmente.

A conta-salário é um tipo especial de conta destinada ao pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

A conta-salário não admite outro tipo de depósito além dos créditos da entidade pagadora e não é movimentável por cheques. O instrumento contratual é firmado entre a instituição financeira e a entidade pagadora. A conta-salário não está sujeita aos regulamentos aplicáveis às demais contas de depósitos.

Dispor da quantia mínima exigida pelo banco, preencher a ficha-proposta de abertura de conta, que é o contrato firmado entre banco e cliente, e apresentar os originais dos seguintes documentos: no caso de pessoa física:

- documento de identificação (carteira de identidade ou equivalente, como carteira profissional, carteira de trabalho ou certificado de reservista);
- inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF); e

comprovante de residência.

No caso de pessoa jurídica

- documento de constituição da empresa (contrato social e registro na junta comercial);
- documentos que qualifiquem e autorizem os representantes, mandatários ou prepostos para movimentar a conta
- inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Informações sobre direitos e deveres do correntista e do banco, constantes de contrato, como:

- saldo médio mínimo exigido para manutenção da conta;
- condições para fornecimento de talonário de cheques;
- necessidade de você comunicar, por escrito, qualquer mudança de endereço ou número de telefone;
- condições para inclusão do nome do depositante no Cadastro de Emitentes de Cheque sem Fundos (CCF);
- informação de que os cheques liquidados, uma vez microfilmados, poderão ser destruídos;
- tarifas de serviços;
- necessidade de comunicação prévia, por escrito, da intenção de qualquer das partes de encerrar a conta;
- prazo para adoção das providências relacionadas à rescisão do contrato;
- necessidade de expedição de aviso da instituição financeira ao correntista, admitida a utilização de meio eletrônico, com a data do efetivo encerramento da conta de depósitos à vista;
- obrigatoriedade da devolução das folhas de cheque em poder do correntista, ou de apresentação de declaração de que as inutilizou;
- necessidade de manutenção de fundos suficientes para o pagamento de compromissos assumidos com a instituição financeira ou decorrente de disposições legais;

Todos esses assuntos devem estar previstos em cláusulas explicativas na ficha-proposta, que é o contrato de abertura da conta celebrado entre o banco e o cliente.

2.2 Os principais produtos bancários

- **Conta corrente**

A porta de entrada para o mundo dos serviços financeiros é a conta corrente. É o mais básico dos serviços. Para abrir uma conta, o candidato a cliente preenche um cadastro com seus dados pessoais (identidade, CPF e endereço) e informa sua renda mensal. O banco fornece uma conta para guardar e movimentar seu dinheiro. Uma conta corrente dá direito automaticamente a um cartão magnético. Com ele, o correntista movimenta seu dinheiro sozinho, sem ir à boca dos caixas. Faz saques e depósitos, tira extratos, transfere dinheiro para outras contas e faz pagamentos. O talão de cheque, sinônimo de conta corrente, é concedido a clientes que têm boa renda ou que o banco acredita que venha a ganhar bem no futuro. O mínimo varia de instituição para instituição, mas não é preciso muito. Com um salário mínimo ou pouco mais costuma ser possível abrir contas e ter talões. Para universitários, é mais fácil. Quase todos os bancos dão facilidades especiais a quem está estudando, como tentativa de conquistar a fidelidade de clientes potencialmente rentáveis no futuro.

- **Cheque especial**

Apesar do nome, a conta especial é na verdade uma forma de crédito pré-aprovado. O banco dá ao correntista o direito de sacar dinheiro ou passar cheques até um determinado limite mesmo quando não tem saldo na conta. Ou seja, a instituição empresta esse dinheiro sem fazer perguntas. Como em todo tipo de crédito, o banco cobra juros pelo uso do cheque especial. Atenção: costumam estar entre os juros mais caros do mercado. Hoje estão entre 8% e 9% ao mês nos grandes bancos de varejo. Use somente por poucos dias, e se for necessário.

- Tarifas

Manter uma conta, claro, custa dinheiro. Pode-se pagar uma taxa pela abertura e outra pelo cadastro. Na média dos bancos, essas taxas são de R\$ 30 cada, segundo o Banco Central. Mas os preços são livres e há bancos que não cobram por uma delas. Há preços também para os demais serviços: cartão magnético, talão de cheques, emissão de extratos, cobranças, transferências e outros. Uma boa forma de saber se um banco é caro ou não é consultar o site do Banco Central (www.bcb.gov.br). Há tabelas atualizadas que informam o custo médio das tarifas no mercado. E há comparações diretas dos preços cobrados em cada banco, para cada serviço.

- Cartões de débito

Em geral, são os próprios cartões magnéticos dos bancos, acrescidos de uma função extra. Em uma loja, ao passar o cartão e digitar a senha, o cliente passa seu dinheiro diretamente de sua conta para a do estabelecimento.

Não há riscos; para o correntista só há vantagens. Em primeiro lugar, ele deixa de precisar levar dinheiro no bolso para compras à vista em supermercados, farmácias e comércio em geral. Sua segurança cresce. Há também o conforto: lojista algum pede documento ou número de telefone a quem paga com esse tipo de cartão, porque o risco de inadimplência é zero. Há ainda um atrativo a mais: ter um cartão desses não exige qualquer gasto extra. Quatro administradoras de cartões de débito atuam no país: Visanet, Redecard, Mastercard e TecBan. Confira se seus cartões magnéticos têm alguma dessas bandeiras. Elas podem estar associadas também a cartões de crédito.

- Cartões de crédito

Com eles, você compra na hora e paga depois. O valor de seus gastos é acumulado durante um mês e enviado a você em seguida em um extrato, pelo correio, no fim do período. Quanto maior for o seu limite de crédito, mais você pode comprar com o cartão.

Se sua conta for toda quitada na data, não há custo financeiro a pagar. É a maneira correta de se usar o cartão de crédito. Caso uma quantia deixe de ser paga, porém, ela cai automaticamente no que os bancos chamam de crédito rotativo. É um péssimo negócio. Os juros estão entre 11,5% e 14% ao mês e podem tornar uma dívida impagável. O melhor, se faltar dinheiro para quitar a fatura, é pegar um empréstimo bancário para pagar o cartão. Os juros saem muito mais baratos. Ficam na casa dos 4% a 6%.

A mesma advertência vale para compras parceladas no cartão. A taxa é altíssima, igual à do crédito rotativo. Só aceite dividir pagamentos no cartão se a loja onde está comprando garantir a você que não há juros. Nesse caso, o cartão é apenas o meio de pagamento - quem está dando o crédito é a própria loja.

2.3 Normativos para as Instituições Financeiras

Desde que o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia introduziu o Acordo de Capital em 1988, visando à internacionalização da atividade bancária, já se passou mais de uma década quando ocorreram significativas mudanças no setor, em especial nas áreas de gerenciamento de risco, supervisão bancária e mercados financeiros. Em junho de 1999, o Comitê apresentou uma proposta para substituir o Acordo em vigor com conceitos mais apurados de sensibilidade ao risco. Desde então foram recebidos mais de 200 comentários sobre esse assunto, que serviram de base para o desenvolvimento de uma proposta mais concreta para o Acordo. Em janeiro de 2001, o Comitê divulgou o Novo Acordo de Capital da Basileia, mais complexo e extenso que o anterior, que tem o objetivo de dar maior solidez ao sistema financeiro no mundo.

As principais mudanças estão no fim da padronização generalizada por um enfoque mais flexível, dando ênfase nas metodologias de gerenciamento de risco dos bancos, na supervisão das autoridades bancárias e no fortalecimento da disciplina de mercado. A nova estrutura pretende alinhar a avaliação da adequação de capital mais intimamente aos principais elementos dos riscos bancários e

fornecer incentivos aos bancos para aumentar suas capacidades de mensuração e administração dos riscos.

Com isso, o Novo Acordo, por ser mais sensível ao risco que os bancos assumem, implica que o capital requerido vai variar de acordo com sua maior ou menor propensão ao risco.

De acordo com Fortuna, (2003);

O processo de globalização obrigou a CMN a regulamentar, em 17/08/94 através da resolução nº 2.099, os Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido para Instituições Financeiras, com o objetivo macro de enquadrar o mercado financeiro aos padrões de solvência e liquidez internacionais, que foram definidos em 07/88 em acordo assinado na Basileia, Suíça, pelos bancos dos países que compõem o grupo dos dez.

2.4 Mensuração do risco operacional

- Indicador Básico - Relaciona um percentual de capital para cobrir o risco operacional com um único indicador no banco, o qual seja mais sensível para medir o total de exposição do banco ao risco. Por exemplo, se a Receita Bruta for a mais apropriada, cada banco terá que assegurar um capital mínimo para cobrir o risco operacional igual a um percentual, a ser estabelecido, da Receita Bruta. O Comitê ainda está desenvolvendo estudos junto aos bancos para determinar o indicador mais apropriado.

- Critério Padrão - O banco poderá dividir suas atividades em áreas de negócios padrão (como exemplo: *corporate finance* e varejo) e aplicar o indicador básico para cada segmento, utilizando percentuais do capital diferenciados. O percentual do capital total que deverá ser alocado para cobrir o risco operacional do banco será calculado através da soma dos Indicadores Básicos de cada segmento. A determinação dos percentuais diferenciados ainda está sendo discutida pelo Comitê junto às instituições.

- Critério de Mensuração Interno – Permite que os bancos utilizem um maior rigor em relação aos padrões de supervisão, dando mais importância aos cálculos internos para a determinação do capital proposto. Os bancos poderão utilizar três itens para uma específica área de negócios e tipos de risco, sejam eles: o indicador de exposição ao risco operacional mais um valor representando a probabilidade de que a perda ocorra e o total da perda causada por este evento. Para calcular o total de capital requerido para cobrir o risco operacional, o banco aplicará a este cálculo um percentual que será determinado pelo Comitê, baseado na amostra da indústria bancária.

3 TENDÊNCIAS DA CONSOLIDAÇÃO DOS BANCOS

A consolidação bancária entendida como o processo resultante de uma fusão ou uma aquisição, seja dentro de um setor da indústria financeira ou entre setores, que em geral reduz o número de instituições e aumenta o tamanho destas, assim com o grau de concentração de mercado – é um fenômeno que vem ocorrendo em vários países do mundo. A maior evidência empírica deste processo é o acentuado crescimento das fusões e aquisições financeiras nos anos 1990 nos países desenvolvidos e em alguns países emergentes, em termos de número, tamanho e valor de negócios.

A desregulamentação dos serviços financeiros em nível nacional; a maior abertura do setor bancário à competição internacional; os desenvolvimentos tecnológicos em telecomunicações e informática, com impacto sobre o processamento das informações e sobre os canais alternativos de entrega de serviços (ATMs, internet, banco eletrônico, etc.); e, por último, as mudanças na estratégia gerencial das instituições financeiras; todos estes fatores juntos têm empurrado as instituições financeiras para um acelerado processo de consolidação

No Brasil, este processo vem ocorrendo com intensidade, sobretudo a partir de 1995, em função da estabilização de preços, da recente entrada de bancos estrangeiros no país, da privatização de bancos estaduais e da adesão aos Acordos da Basiléia, entre outros motivos. Este movimento deve também ser entendido no contexto do processo de reestruturação bancária em nível mundial, que tem levado à expansão internacional de alguns conglomerados financeiros.

Fusões e aquisições (F&As) são métodos de consolidação em que uma mudança no controle ocorre através da transferência de dono, ou seja, transferência de controle corporativo. Como observado por IMF (2000, p. 142), a consolidação bancária aumenta o tamanho médio das instituições financeiras e permite, em tese, que elas explorem economias de escala, de escopo, e as chamadas economias de rendas. Neste contexto, algumas questões se colocam: o tamanho importa para um banco? Qual a rationale da onda de F&As bancárias? Santomero e Eckles (2000) e Group of Ten (2001), entre outros trabalhos, discutem as questões acima. O alegado benefício das economias de escala e escopo está relacionado ao possível aumento na eficiência de custo. A idéia básica é que a emergência de grandes firmas

financeiras permite que os custos sejam diminuídos, se economias de escala ou de escopo são relevantes e se o âmbito da expansão está dentro do espectro aonde eles possam ser alcançados.

Economias de escala existem quando o custo médio é decrescente em escala em uma relevante extensão quando o produto está expandindo, tornando as instituições maiores mais eficientes. Algumas linhas de negócios beneficiam-se da escala enquanto que outras não.

Exemplos de ganhos potenciais de escala na atividade bancária incluem rede física de distribuição de agências, infra-estrutura de software e sistemas de distribuição eletrônica. A literatura referente a economias de escala é inconclusiva a respeito dos custos e benefícios de ser grande, uma vez que os resultados dependem do período analisado e/ou do tamanho médio da instituição financeira. Entretanto, muitos dos estudos usam dados sobre instituições financeiras dos anos 1980. É possível que o progresso tecnológico recente – devido ao uso da internet, centrais de telefone, inovações na tecnologia de pagamento, etc. - podem ter aumentado às economias de escala na produção de serviços bancários, criando oportunidades para aprimorar a eficiência de escala em custos através da consolidação, mesmo em instituições maiores.

Economias de escopo existem quando o custo médio cai devido ao fato de que mais produtos são produzidos conjuntamente ao invés de separadamente, isto é ocorrem quando as despesas podem ser diminuídas se a firma oferece vários produtos a um custo mais baixo do que no caso de empresas que, competindo separadamente, coloquem à disposição o mesmo conjunto de produtos. Portanto, existem benefícios competitivos a serem obtidos pela venda de um mais amplo conjunto de produtos. As maiorias dos estudos empíricos têm falhado em achar economias de escopo na indústria bancária, de seguro e de títulos, com pouca evidência de economias significativas de escopo dentro destas indústrias.

Santomero e Eckles (2000) ressaltam que o ganho real da distribuição multiproduto pode não ser na produção de eficiências de custo, mas no serviço ao cliente, no que eles denominam economia de consumo ou de rendas. Esta deriva do potencial de vendas cruzadas de uma firma financeira que produz diferentes produtos e serviços (produtos bancários, seguro e gerenciamento de fundos). O resultado será um rendimento maior e um melhor retorno por segmento de cliente, se os consumidores dos serviços financeiros acharem mais vantajoso comprar

diferentes produtos de um mesmo provedor. Assim, os bancos podem aumentar seus lucros sem qualquer aprimoramento em sua eficiência operacional.

Se não existem evidências conclusivas de que as F&As permitem aos bancos obterem benefícios significativos de economias de escala ou escopo, qual seria a racionalidade das F&As bancárias? Dymski (1999) sustenta que a recente onda de F&As, ocorrida nos países da OCDE, foi motivada pelo desejo dos bancos de aumentar seu “poder de monopólio” e, dessa forma, o mark up sobre a taxa de juros básica da economia, fixada pelo Banco Central. De acordo com Dymski (1999, p. 65), “fusões podem ser desejáveis para os bancos se elas podem aumentar a capacidade do banco comprador de incrementar seus lucros, independente dos efeitos que eles possam eventualmente ter sobre a eficiência operacional”. Se for aceito que existe algum suporte para a hipótese que relaciona poder de mercado e lucros no mercado bancário, este resultado pode sugerir que bancos podem usar F&As como uma forma de obter poder de mercado, de modo a acentuar sua habilidade de gerar lucros líquidos.

De forma geral, F&As podem ser divididas em quatro tipos, tal como descrito abaixo: F&As bancárias domésticas; F&As bancárias internacionais; conglomerações domésticas; e conglomerações internacionais (European Central Bank, 2000, p.10-16). F&As bancárias domésticas – são operações entre instituições bancárias localizadas num mesmo país e que tem como motivação principal a busca por economias de escala quando realizadas por instituições de médio e pequeno porte. Quando ocorre, porém, entre instituições maiores, refletem, além da busca por economias de escala eventuais, a necessidade de torna-se grande para um reposicionamento no mercado, isto é, aumento do poder de mercado.

F&As bancárias internacionais - são operações entre instituições bancárias, porém entre instituições de países diferentes. Existe a mesma motivação de ser grande o suficiente, mas agora em nível regional ou mundial. Além dela, pode haver a estratégia de poder servir clientes no exterior ou da diversificação e busca de novos mercados lucrativos.

Conglomerações financeiras domésticas - são operações que geram conglomerados financeiros abrangendo diferentes setores da indústria financeira e são realizadas por instituições bancárias e não bancárias de um mesmo país. A principal motivação é a busca por economias de escopo e, com isso, diversificação de risco e rendimento.

Conglomerações financeiras internacionais – são operações como as conglomeradas financeiras domésticas só que realizada por instituições de países diferentes. As motivações são as mesmas as da conglomerada doméstica.

Uma outra taxonomia utilizada para a consolidação bancária, sugerida Hawkins e Mihajek (2001, p.17-22), é a de identificação do padrão e da causa da consolidação, que pode ser colocado em três grupos: consolidação dirigida pelo mercado, consolidação como resposta a estruturas bancárias ineficientes ou frágeis e consolidação dirigida pelo governo.

Consolidação dirigida pelo mercado – trata-se das consolidações que ocorreram após a desregulamentação dos mercados domésticos, abertura a competição externa e avanços tecnológicos como resposta a maior competitividade e as menores margens líquidas de lucro que surgiram devido a esta maior competitividade. Neste tipo de consolidação, o setor bancário responde as pressões competitivas buscando uma diminuição nos custos operacionais, obtendo ganhos de escala e de rendas, e diversificando as atividades e os riscos, obtendo ganhos de escopo. Na grande maioria dos casos este tipo de consolidação ocorre em países de economias maduras.

Consolidação como resposta a estruturas bancárias ineficientes ou frágeis – este tipo de consolidação é uma especificidade da América Latina. Apesar da existência de bastante variadas experiências de consolidação, sendo elas ou não dirigidas pelo governo, à maioria das que aconteceram nesta região são uma resposta a uma relativa ineficiência do setor e/ou a existência de estruturas bancárias frágeis decorrentes de crises bancárias resultantes do impacto do efeito Tequila sobre o sistema financeiro doméstico em 1995. As ineficiências apontadas são resultado da baixa competitividade destes mercados e do relativo atraso com relação às tecnologias, tanto de produtos quanto de comunicação.

Consolidação dirigida pelo governo – aconteceu, na maioria dos casos, na Ásia. Trata-se da intervenção direta das autoridades para promover a consolidação através de incentivos em maior e menor grau para o setor para o favorecimento de F&As e da criação de facilidades para entrada de bancos estrangeiros. Esta consolidação foi motivada, em alguns países asiáticos, principalmente, pela necessidade de fortalecimento do setor, da adequação de capital dos bancos e para promover a viabilidade financeira de bancos menores, muitos deles familiares,

afetados pela crise de 1997-98. No caso de países em transição do Leste Europeu a consolidação foi motivada pela privatização de bancos estatais.

De acordo com Hawkins e Mihaljek (2001, p.17), a consolidação dirigida pelo mercado é um fenômeno relativamente novo em economias emergentes e tem sido observada recentemente na Europa Central. Isto é, este tipo de consolidação foi, na grande maioria, observada nos mercados maduros. Em países emergentes, a maioria das F&As do sistema financeiros foram resultado de esforços do governo para a redução das ineficiências do setor, ou de intervenções após as crises bancárias. Com o aumento da competição causada pela desregulamentação, privatização e entrada de bancos estrangeiros, a consolidação se torna, cada vez mais, dirigida pelo mercado.

3.1 Consolidação Bancária no Mundo

Esta seção apresenta uma sucinta descrição, a partir da literatura, das principais causas da consolidação na indústria bancária no mundo. Uma das causas da consolidação que tem sido freqüentemente apontada tem sido o desenvolvimento das tecnologias de informação e de telecomunicações, visto que para o setor bancário a velocidade das informações e acessibilidade destes recursos gerou novas oportunidades de ganho e o aparecimento de novos negócios bancários.

Em particular essas transformações geraram benefícios às instituições financeiras, através de cf. Group of Ten, (2001, p. 71-72): (I) mudanças na capacidade de distribuição de produtos e serviços, levando a possibilidade de atendimento de um maior número de clientes e a cobertura de áreas maiores com custos bem menores; (II) criação de novos produtos e serviços financeiros e maior acessibilidade para os clientes de desenvolverem operações globais, minimizando os riscos operacionais deste tipo de transação; (III) a possibilidade das instituições financeiras de oferecer produtos e serviços que antes não cabia a determinada categoria de instituição; (IV) de produtos financeiros que podem ser mais facilmente padronizados e oferecidos de modo a se adequar ao perfil de risco de cada cliente, mesmo os de pequeno porte; (V) ao nível do varejo, os canais de entrega eletrônica

possibilitaram o fornecimento de serviços que passou a tirar vantagem do nome do banco e de sua base de dados de clientes sem a necessidade da presença física nas agências. Além disso, a desregulamentação dos mercados domésticos e a maior abertura para a competição estrangeira tornaram – em tese - mais contestáveis os mercados financeiros em economias maduras e levaram a necessidade de ajuste das instituições financeiras em economias emergentes.

A abertura dos mercados domésticos foi, de certo modo, a resposta das autoridades governamentais de alguns países aos avanços tecnológicos e as crises bancárias da década de 1990. Esta medida foi tomada para que houvesse o fortalecimento do setor no âmbito doméstico, embora a participação dos bancos estrangeiros na crise argentina esteja levando a um questionamento da eficiência desta medida. Métodos regulatórios mais tradicionais foram substituídos por um sistema baseado na busca de um maior aproveitamento de eficiência através da competição. Já a desregulamentação fez parte de um processo de liberalização financeira que ocorreu desde o final os anos 1970, estimulado inicialmente pela adoção de políticas neoliberais implantadas nos EUA e no Reino Unido. Recentemente a desregulamentação financeira tomou força nos EUA e no âmbito da União Européia (UE). Por fim, também houve mudanças no comportamento ou estratégias corporativas dos bancos no mundo todo. Por um lado, as crescentes pressões exercidas sobre os bancos para a manutenção de seus clientes geraram a necessidade de fontes alternativas de *funding* e de maior diversificação de seus riscos. De outro lado, há uma nova ênfase no retorno ao acionista (*shareholder value*). O aumento da competitividade levou a uma queda das margens de lucro, como será visto abaixo, e gerou um aumento considerável nas pressões dos acionistas para o aumento da lucratividade. Com isso bancos tiveram que buscar fontes alternativas de *funding* nos mercados domésticos e estrangeiros, incentivando a consolidação.

3.2 Consolidação Bancária nos Países da OCDE

Como já assinalado, a consolidação bancária nos países da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) pode ser caracterizado como um padrão de “consolidação dirigida pelo mercado”, em que as F&As bancárias vêm ocorrendo como resultado da desregulamentação dos mercados domésticos, da abertura a competição externa e dos avanços tecnológicos.

Países em que predominavam sistemas financeiros segmentados, novas instituições financeiras (p.ex., instituições de poupança) e não-financeiras (p.ex., grandes lojas de varejo e firmas de cartão de crédito) entraram no mercado de crédito comercial. Além disso, investidores institucionais têm competido com bancos para atrair as poupanças financeiras das firmas e das famílias. Conseqüentemente, o mercado bancário está se tornando mais competitivo uma vez que o grau de concorrência neste mercado está aumentando, diminuindo assim a vantagem de custo que os bancos tinham em adquirir fundo.

Neste contexto, os bancos comerciais têm procurado diversificar suas atividades, tais como seguro e títulos, de modo a compensar as perdas no campo do crédito bancário e a manter sua posição destacada como intermediário financeiro. Em particular, eles têm dado prioridade a serviços financeiros que geram rendas (*underwriting*, administração de fundos de pensão, assessoria em F&As de firmas, administração de portfólio das firmas, etc.) assim como a atividades fora do balanço, tais como aceite bancário, securitização e derivativos. Como resultado, em vários países desenvolvidos existe uma clara tendência de crescimento na participação relativa das receitas não-juros no total do resultado bruto dos bancos.

3.3 Características e especificidades dos países emergentes

Para iniciar a análise das especificidades da consolidação em países emergentes é importante fazer a distinção do processo que ocorre em mercados

maduros (EUA, UE e Japão) e nos mercados emergentes (Ásia, América Latina e Europa Oriental). Apesar das mesmas forças estarem orientando a consolidação em ambos os mercados, existem algumas diferenças que são importantes destacar:

a) F&As entre fronteiras (entre instituições de diferentes países) são uma exceção em economias maduras e trata-se de uma regra em mercados emergentes. Em mercados emergentes observou-se o aumento da participação de instituições estrangeiras no *market share* doméstico, fato este que é bem menos freqüente nos países de economias maduras. Isto porque nos mercados maduros a consolidação bancária surgiu como um processo de resposta à desregulamentação e à maior competição no mercado interno. Assim as F&As nos mercados maduros foram direcionadas para as instituições domésticas.

Nos mercados emergentes, por outro lado, a existência de F&As envolvendo instituições estrangeiras foi entendida, em vários casos, como um meio para estimular os canais de entrada de fluxos de capitais através destas instituições e fortalecer o mercado financeiro doméstico que se viu palco de várias crises bancárias dos anos 1990.

b) Para mercados maduros a consolidação bancária tem servido, principalmente, para aumentar a eficiência ou o poder de mercado e para países emergentes é uma maneira de resolver crises financeiras, conforme já observado anteriormente. Assim, em mercados maduros observou-se que a resposta para a consolidação vem da obtenção de economias de escala, de escopo e de rendas, além de um melhor posicionamento dos bancos nacionais no mercado doméstico. A consolidação em países emergentes veio, mais uma vez, da necessidade do setor bancário em enfrentar as crises bancárias que afetaram suas economias.

c) Em mercados emergentes observou-se na grande maioria dos casos a consolidação dirigida pelo governo enquanto que em mercados maduros tem-se a consolidação dirigida pelo mercado, conforme já observado anteriormente.

Duas importantes características que distinguem a consolidação bancária em mercados emergentes são os grandes distúrbios que as crises bancárias causaram e as privatizações que vieram como resposta. Houve algumas crises bancárias durante a década de 1990 que aconteceram principalmente após a desregulamentação bancária. Adiciona-se que a atuação dos bancos públicos caiu consideravelmente na década passada nos mercados emergentes, e na maioria dos casos a participação no mercado – em termos de depósitos e empréstimos - era de

mais da metade no final da década de 1980, caindo uma década depois para 20% na Europa Central e para 15% na América Latina Hawkins e Mihaljek, (2000, p.7).

Existem, dentro do padrão de consolidação dos mercados emergentes, especificidades dos diferentes países e das diferentes regiões analisadas, entre as quais cabe destacar IMF (2001, p.126-131):

a) Na Ásia, as consolidações aconteceram após as crises financeiras de 1997-98 e foram na sua maioria dirigidas pelo governo, com exceção de Hong Kong e Singapura, que saíram relativamente ilesos desta crise e passam por um tipo de consolidação mista. Embora o número de instituições bancárias tenha diminuído nos principais países emergentes da Ásia, este movimento não foi acompanhado de um aumento na concentração bancária, que, pelo contrário, tendeu a desconcentrar-se.

b) Na América Latina o processo de consolidação tem sido mais avançado entre os países emergentes, em resultado da ocorrência de crise financeira e da entrada de bancos estrangeiros nestes mercados. Assim, houve grande envolvimento do governo na condução da consolidação bancária logo após a crise de 1994/95, mas no final da década de 1990 este processo apresentou-se, relativamente, mais a cargo das forças de mercado. Na América Latina, ao contrário dos principais países emergentes da Ásia e da Europa Central, a redução no número de instituições bancárias veio em geral acompanhada de uma acentuada concentração bancária.

c) Na Europa Central os sistemas bancários eram muitos mais concentrados do que dos outros países emergentes analisados, devido ao legado da época da cortina de ferro, quando existia um grande banco estatal que concentrava uma grande fatia das poupanças e dos depósitos.

Por isso, observou-se uma queda da concentração no início da segunda metade dos anos 90, visto que estes países adotaram políticas de liberalização do mercado, fazendo com que um grande número de novas instituições ingressassem no mercado na primeira metade da década de 1990.

3.4 As mudanças da Consolidação bancária no Brasil e o Plano Real

Esta seção tem por objetivo analisar os principais fatores que levaram ao desenvolvimento do processo de consolidação bancária no Brasil, que ainda está em curso no país. Tal movimento deve-se a um conjunto de fatores que influenciaram, e ainda influenciam, o setor bancário brasileiro: o processo de estabilização de preços decorrentes da implementação do Plano Real; o programa da privatizações dos bancos estaduais; a abertura ao capital estrangeiro; e a adequação dos bancos aos Acordos da Basiléia.

No período anterior ao Plano Real, em que o país vivia um contexto de alta inflação, o sistema bancário brasileiro obteve elevados índices de rentabilidade, se apropriando das receitas obtidas através dos ganhos com a “arbitragem inflacionária do dinheiro”, associados fundamentalmente aos ganhos com o *float* e aos elevados *spreads* na intermediação financeira.

Os ganhos com o *float* eram obtidos basicamente da manutenção no passivo dos bancos de saldos não-remunerados que, aplicados, rendiam, pelo menos, algo próximo da correção monetária.

Com a implantação do Plano Real e o processo de estabilização de preços decorrente, houve a necessidade de reestruturação do setor e a adequação ao novo ambiente. As rendas advindas com o *floating* caíram à zero em 1995. Com a conseqüente remonetização da economia com o crescimento do consumo resultante da queda da inflação, bancos puderam obter receitas a intermediação financeira através do aumento do crédito, que cresceu no final de 1994, e com a cobrança de tarifas sobre os serviços bancários que foi significativamente liberalizada.

Em resumo, com o Plano Real e a reversão na trajetória inflacionária, ocorreu um fim nas oportunidades de ganhos inflacionários para os bancos. O sistema bancário entrou em uma fase de adaptação e de ajustamento a este novo ambiente, que englobou, além de uma mudança no seu padrão de rentabilidade, também por um ajuste na estrutura patrimonial e operacional dos bancos, incluindo um processo de fusões e incorporações, ainda em curso no momento.

3.5 Privatização dos Bancos Estaduais

O mecanismo utilizado pelo governo federal para a privatização dos bancos estaduais foi o PROES - Programa de incentivo para a reestruturação do sistema financeiro estatal – programa implementado em função dos problemas recorrentes que vinham ocorrendo com vários bancos estaduais. Antes mesmo das dificuldades enfrentadas por bancos estatais com o advento do Plano Real e o fim dos ganhos com a arbitragem inflacionária do dinheiro, já era questionado o papel do estado no sistema financeiro, em particular dos bancos estaduais, apesar dos argumentos favoráveis que colocavam a necessidade da correção de distorções do mercado em relação ao crédito. Assim, o principal objetivo do PROES foi de reduzir a participação dos bancos estatais (leia-se estaduais) no sistema bancário brasileiro, realizado dentro de um contexto mais amplo de ajuste fiscal dos estados e de reestruturação da dívida pública.

Sob os arranjos do PROES, o governo federal tem financiado a reestruturação dos bancos estaduais. Os depósitos estavam protegidos, porém existia diretriz de transferência do controle estatal para o setor privado, ou da mudança da natureza do banco (banco de fomento). As principais resoluções que faziam parte do PROES, que através da Medida Provisória 1.514 de agosto de 1996, eram Puga, (1999, p. 424): (i) 100% dos recursos necessários ao saneamento dos bancos estaduais foram condicionados ou à privatização das instituições ou à sua transformação em agências de fomento ou à sua liquidação; (ii) a ajuda federal ficaria limitada a 50% dos recursos necessários, caso não houvesse a transferência do controle acionário ou a transformação em agências de fomento (os outros 50% ficariam a cargo dos governos estaduais); (iii) as garantias apresentadas pelos estados, no caso de ajuda federal, deveriam ser apropriadas ao montante do empréstimo; em caso de inadimplência os estados autorizavam o saque, por parte dos credores, dos montantes correspondentes das suas contas bancárias depositárias¹⁰.

Na data do estabelecimento do PROES, em agosto de 1996, o sistema público estadual era composto por 35 instituições, sendo 23 bancos comerciais ou múltiplos. Dos 35 bancos estaduais existentes em 1996, 10 foram extintos, 6 privatizados pelos governos estaduais, 7 federalizados para posterior privatização, 5

reestruturados com recursos do PROES e apenas 3 que não participaram do programa, conforme dados de julho de 1998 Puga, (1999, p. 430). Importante ressaltar que, as privatizações tiveram, na grande maioria (os casos do Banepe e do Banespa são importantes exceções), a participação dos bancos nacionais na aquisição dos bancos estaduais saneados (ver Tabela 1), e acabou por resultar em uma diminuição no número dos bancos e em um aumento na concentração bancária no país.

Data	Instituição privatizada	Instituição compradora	Valor (R\$ milhões)	Ágio (%)
26.06.1997	Banerj	Itaú	311	0,4
07.08.1997	Credireal	BCN	121	0
04.12.1997	Meridional	Bozano, Simonsen	266	55
14.09.1998	Bemge	Itaú	583	85,7
17.11.1998	Bandepe	ABN Amro	183	0
22.06.1998	Baneb	Bradesco	260	3,2
17.10.2000	Banestado	Itaú	1625	303,2
20.11.2000	Banespa	Santander	7050	281,1

Tabela 01 - Fonte: Banco Central/Depep/GCI, 25.10.2000. In: Rocha (2001, p. 10).

3.6 Desregulamentação e abertura do capital estrangeiro

O ingresso de bancos estrangeiros no Brasil foi uma das facetas mais importantes do processo de consolidação bancária no Brasil, já que se mostra como um processo novo e incentivado pelo governo federal depois do “distress” bancário de 1995, fazendo parte das diversas ações para fortalecimento do setor bancário no país. Além disso, deve ser entendida no contexto de uma estratégia da expansão internacional de alguns conglomerados financeiros que ocorre nos anos 1990, tanto para países desenvolvidos quanto para países emergentes, no cenário amplo do processo de desregulamentação financeira Freitas (1999).

Este processo foi iniciado pela maior abertura ao capital estrangeiro em 1995. Através da Exposição de Motivos n. 311 - aprovada pelo Presidente da República - o Ministério da Fazenda estabelecia ser de interesse nacional o ingresso ou aumento da participação de instituições financeiras estrangeiras no sistema financeiro nacional, cuja entrada passou a ser analisada caso a caso. Este ingresso, no entanto, estava vinculado inicialmente à necessidade de aquisição de bancos

problemáticos (Banco Excel-Econômico e Banco Bamerindus). Antes da liberalização ocorrida em 1995, a legislação brasileira sobre capital financeiro no setor bancário limitava bastante a entrada das instituições financeiras estrangeiras. A Lei 4131, de 1962, aplicou o princípio da reciprocidade, pelo qual os bancos estrangeiros autorizados a funcionar no Brasil teriam as mesmas restrições ou vedações que a legislação de seus países de origem impunham. A Lei 4.595, de 1964, estabeleceu que a entrada de instituições financeiras só poderia ocorrer mediante prévia autorização do Banco Central ou decreto do Poder Legislativo. O artigo 52 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 proibiu a instalação no Brasil de novas agências das instituições estrangeiras já instaladas no país, mas manteve aberta a possibilidade de acesso das instituições financeiras estrangeiras ao mercado doméstico uma vez que tais restrições não se aplicavam as autorizações resultantes de acordos internacionais, reciprocidade, ou decisões de interesse nacional Puga, (1999, p. 425-26).

Pode-se destacar, dentre as principais aquisições feitas por bancos estrangeiros no Brasil; (I) a compra do Bamerindus pelo britânico HSBC, que adquiriu o controle com recursos do PROER e, com isso, ficou sendo, até novembro de 1998, o maior banco estrangeiro no sistema financeiro brasileiro; (II) o espanhol Santander (BSCH), já presente no país, comprou o Banco Geral do Comércio em agosto de 1997 e o Noroeste em outubro de 1997 e em 2000 adquiriu o Grupo Meridional; em seguida, em novembro de 2000 comprou o Banespa (a maior aquisição bancária feita nos últimos anos), passando a ocupar a 6ª colocação no ranking geral dos bancos; (III) o Sudameris, de controle italiano/francês, adquiriu o Banco América do Sul em março de 1998; (IV) o espanhol Bilbao Vizcaya adquiriu, em outubro de 1998, o Excel-Econômico; (V) o holandês ABN Amro Bank comprou o Banco do Estado de Pernambuco e em novembro de 1998 o Banco Real, e passou a ser o maior banco estrangeiro na época.

Deve ser destacado ainda que, recentemente, a turbulência do mercado financeiro na América Latina e a aversão global ao risco em 2002 provocaram uma retração na expansão dos bancos estrangeiros no continente e no Brasil. No caso brasileiro, a tentativa de venda do Sudameris do Brasil (Grupo Intesa) ao Banco Itaú, posteriormente vendido ao ABN Amro, e a venda do BBV Banco para o Bradesco, no início de 2003, são sinais claros que alguns bancos estrangeiros que não

conseguiram criar escala suficiente para competir no varejo decidiram vender seus ativos no Brasil.

Por fim, a reação dos grandes bancos privados nacionais – em particular, Bradesco Itaú e Unibanco – à penetração dos bancos estrangeiros, participando ativamente do processo de F&As bancárias é uma das características mais distintas do processo de consolidação bancária no Brasil.

Entre outras, cabe assinalar a compra do Banerj, BEMGE, Banestado, Banco Fiat e BBA pelo Itaú; BCN/Credireal, Boavista, Banco Ford, Mercantil de São Paulo e BBV Banco pelo Bradesco; Nacional, Bandeirantes e Fininvest pelo Unibanco. Os bancos privados nacionais vêm desde o início participando da onda de F&As no Brasil, através de aquisições de bancos estaduais em leilões de privatização e de bancos domésticos estrangeiros de porte médio, mantendo sua hegemonia no setor bancário brasileiro, com participação relativa de 37,2% do total de ativos em 2001, contra 29,9% dos bancos estrangeiros e 27,8% dos bancos federais (Banco do Brasil e CEF) no mesmo ano.

3.7 Efeitos do acordo da Basiléia

No período posterior à implementação do Plano Real, em função dos problemas relacionados à reestruturação bancária acima assinalados, procurou-se adotar medidas prudenciais mais restritivas ao setor bancário, com vistas à maior solidez do setor. A busca de solidez do setor bancário muitas vezes entra em conflito com o estímulo à competitividade do mercado bancário.

No caso do Brasil, os problemas bancários levaram a que se privilegiasse a solidez do sistema, dando pouca atenção aos princípios de defesa da concorrência Rocha (2001).

Em função da adesão do Brasil aos acordos da Basiléia (Resolução no. 2.099, de 17/08/1994), o governo brasileiro estipulou que a exigência de capital mínimo, ponderado pelo risco das operações ativas do banco, que os bancos teriam de reter seria de 8% em relação ao risco das suas operações ativas, sendo esse valor posteriormente elevado para 10% e em seguida para 11%. Esta medida

dificultou a sobrevivência de algumas instituições de pequeno-médio prazo que atuavam normalmente com alavancagem maior do que das grandes instituições.

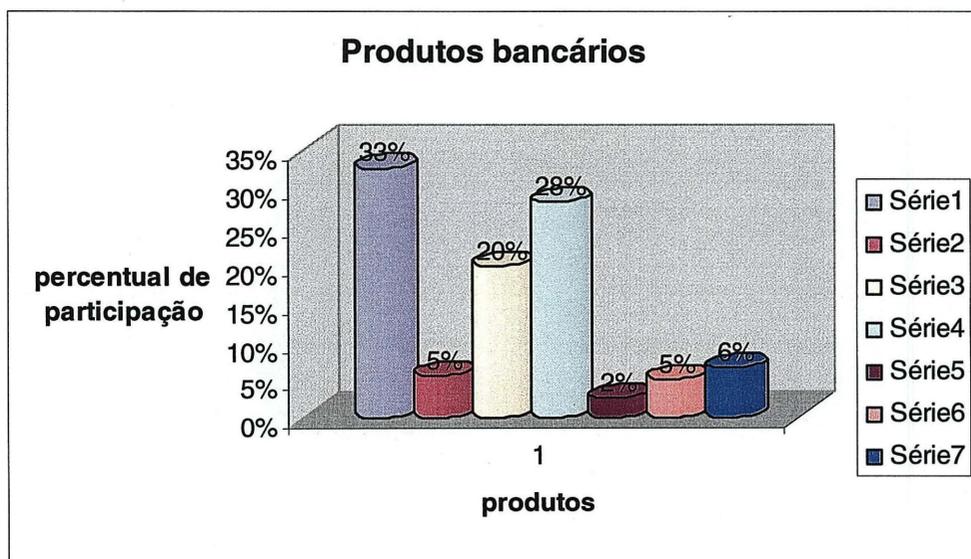
Outro importante princípio definido foi o de aumento do capital inicial para autorização de funcionamento dos bancos. Esta última restrição foi importante para a intensificação das F&As, pois na impossibilidade de novos aportes dos controladores, restaria a solução da venda do banco, admissão de novos sócios ou redução das operações ativas Rocha (2001, p.11).

Em estudos recentes Paula e Alves Jr, (2003) observa-se que os bancos brasileiros, no que diz respeito à exigência de capital mínimo em relação ao risco das operações ativas, possuem um perfil conservador, já que este percentual supera, em sua grande maioria, os limites estipulados pelo Comitê da Basileia. Este resultado não é surpreendente considerando que a aplicação em títulos públicos é considerado risco zero.

4 PESQUISA DE CAMPO

Os dados apresentados abaixo foram constituídos por uma pesquisa de campo, cujos pesquisados foram alunos e ex-alunos da UFPR – Universidade Federal do Paraná, sendo que o pesquisador fez questionamentos no intuito de medir a importância dos produtos bancários e dos bancos onde esses estão inseridos.

O primeiro questionamento está relacionado à quais produtos bancários as pessoas pesquisadas mais utilizam.



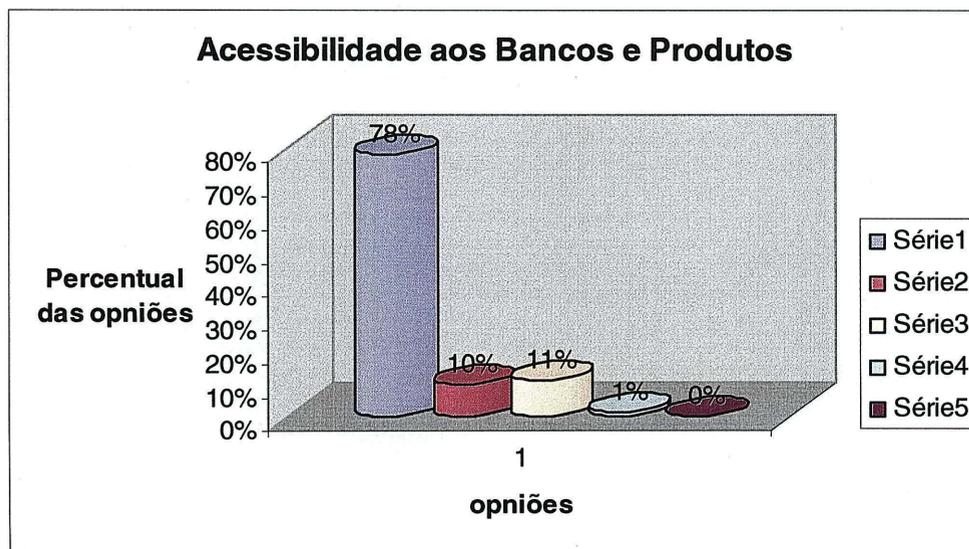
1º gráfico – informações obtidas na pesquisa

Legenda;

Série 1	Conta Corrente
Série 2	Cheque especial
Série 3	Cartões de Crédito
Série 4	Cartões de Débito
Série 5	Empréstimos
Série 6	Financiamentos
Série 7	Investimentos

Analisando as repostas fornecidas, notamos que grande parte das pessoas utiliza Conta corrente e o produto menos utilizado é o empréstimo. Logo em segundo lugar aparecem os cartões de débito.

No segundo questionamento buscamos analisar o que as pessoas acham em relação ao acesso aos serviços bancários.



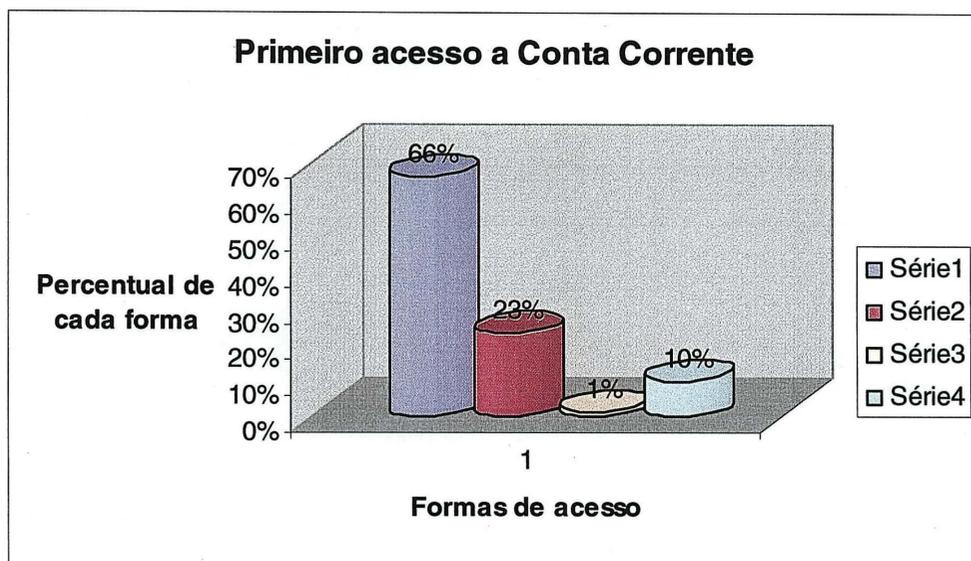
2º gráfico – informações obtidas na pesquisa

Legenda

Série 1	Fácil
Série 2	Muito Fácil
Série 3	Complicado
Série 4	Muito Complicado
Série 5	Impossível

A maior parte dos pesquisados responderam que o acesso aos bancos e seus produtos é fácil, sendo que somente um por cento acha muito complicado o acesso aos produtos e bancos.

No terceiro questionamento buscamos a informação de como as pessoas tiveram acesso á sua primeira conta corrente. Nós utilizamos os mais comuns na sociedade brasileira.



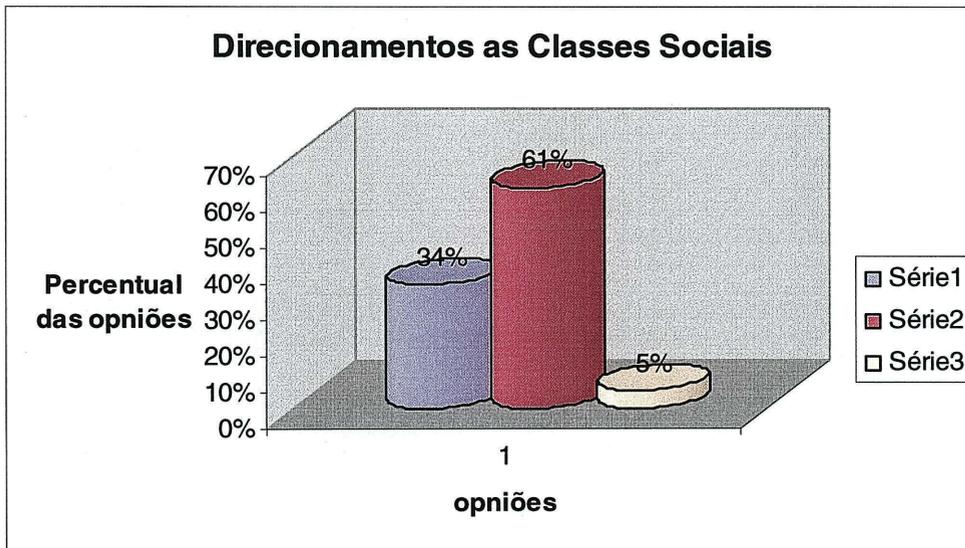
3º gráfico – informações obtidas na pesquisa

Legenda

Série 1	Através de conta-salário disponível pela empresa a qual trabalha (ou)
Série 2	Direcionou ao banco da sua preferência a solicitou a abertura da conta
Série 3	Foi abordado (a) por um atendente do banco o qual lhe ofereceu
Série 4	Nenhuma das opções anteriores

Notamos que 66% das pessoas tiveram acesso á conta corrente, por meio da conta – salário, forma pela quais as empresas disponibilizam do ordenado ao funcionário de forma eficaz e de fácil controle.

No quarto questionamento foi verificado se os bancos são direcionados a todas as classes ou para algumas classes da sociedade.



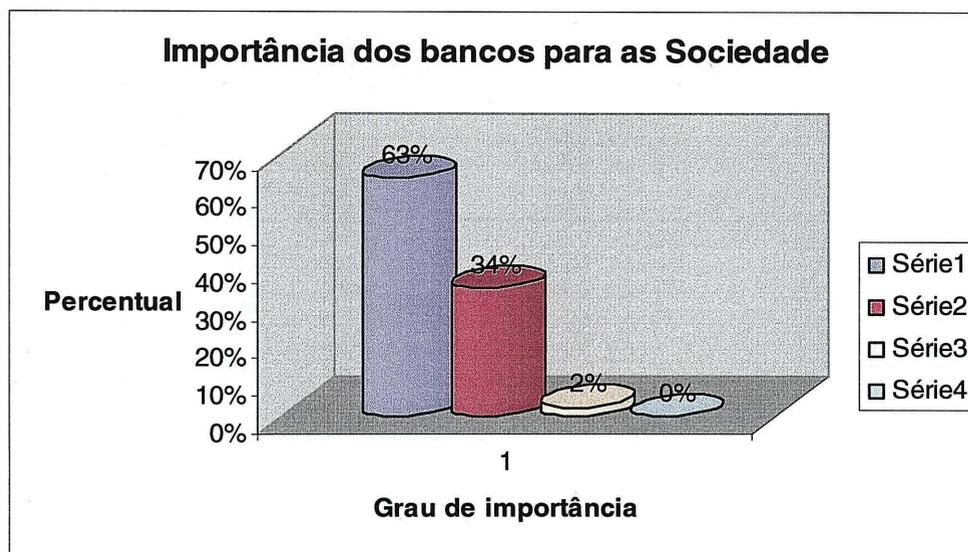
4º gráfico – informações obtidas na pesquisa

Legenda

Série 1	Para todos
Série 2	Para alguns
Série 3	Nenhuma das opções

Sessenta e um por cento dos pesquisados acreditam que os bancos e os produtos bancários são direcionados á algumas classes, e trinta e quatro por cento são direcionados a todas as classes.

Na última questão foi fundamentada a própria base da pesquisa, na qual questionamos quão grande é a importância dos bancos para as sociedades.



5º gráfico – informações obtidas na pesquisa

Legenda

Série 1	Importante
Série 2	Muito importante
Série 3	Sem importância
Série 4	Nenhuma das opções

Onde consta que 63% dos pesquisados acham de grande importância os bancos para sociedade, dando base à pesquisa, onde ligamos a sociedade aos bancos e como que eles são fundamentais para uma sociedade.

Abaixo a pesquisa que originou os dados acima:

Essa pesquisa servirá como base dados para um trabalho de conclusão de curso de especialização em Controladoria na área de Ciências Contábeis.

1) Sobre os produtos bancários abaixo, qual deles você mais utiliza:

Conta Corrente

Cheque especial

Cartões de Crédito

Cartões de Débito

Empréstimos

Financiamentos

Investimentos

2) Em relação aos acessos a bancos e seus produtos:

Fácil

Muito Fácil

Complicado

Muito Complicado

Impossível

3) Como foi o acesso a sua 1º conta corrente;

- Através de conta-salário disponível pela empresa a qual trabalha (ou)
- Direcionou ao banco de sua preferência e solicitou a abertura da conta
- Foi abordado por um atendente do banco o qual lhe ofereceu
- Nenhuma das opções anteriores, qual?

4) Você acha que no nosso país os bancos são direcionados a todos ou para algumas classes?

- para todos
- para alguns
- Nenhuma das opções, qual?

5) Em relação à importância dos Bancos para as sociedades;

- Importante
- Muito importante
- Sem importância
- Nenhum das opções, qual?

5 CONCLUSÕES FINAIS

As questões obtidas e discutidas nessa pesquisa acadêmica são se suma importância para a sociedade, pois a pesquisa juntou dois fatores, o primeiro relacionado à própria sociedade, que consegue por meio dos bancos, realizar seus objetivos, construindo pilares financeiros próprios e sustentáveis; e segundo fator, relacionado aos bancos que se transformam a cada ano na busca sucessiva de lucro e melhores performances para atender as sociedades onde encontram-se.

O fator importante, principalmente para sociedade brasileira, foi o Plano real atraindo bancos internacionais, como Hsbc Bank e Santander, resultando em grandes mudanças econômicas e financeiras.

Na busca de uma sinergia mais eficiente no setor bancário, o governo utilizou de projetos para a privatização de bancos, no intuito de aumentar a eficácia financeira e desenvolver a concorrência junto aos bancos internacionais, que após o advento do plano real passaram a fazer parte na praça dos grandes bancos inseridos no Brasil.

O cenário de privatização ocorre principalmente nas economias emergentes, sendo que nas economias maduras como União Européia e EUA esse processo não ocorre.

Houve ênfase à desregulamentação dos bancos, principalmente após a crise bancária em 1995, que levou as instituições financeiras adequar seus custos na busca constante do aumento dos seus lucros.

No presente governo em nosso país, nota-se uma grande oportunidade aos bancos, que aumentam seus lucros a cada dia, e aos bancos ligados ao Governo (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), principalmente obtidos pela estabilidade da moeda, que fez com que possam aumentar a oferta de financiamento de residências e bens – duráveis a longuíssimo prazo.

A sociedade inserida nesse cenário estável consegue ter acesso a oportunidades de financiamentos e aumentam seus bens a cada dia.

Notamos então que a Sociedade e os bancos são extremamente ligados, pois dependem diretamente um dos outros, sendo que os bancos estarão onde a sociedade estiver.

REFERÊNCIAS

Abertura do Sistema Financeiro no Brasil nos Anos 90. São Paulo, IPEA/Fapesp.

ASSAF, Neto, **Mercado Financeiro**, São Paulo, 2003.

banking market?" **World Bank Discussion Paper.** Washington: **The World Bank.**

BERGER, A.N. (2000). **"The big picture of bank diversification"**, mimeo.

BIS (1996). **66th Annual Report.** Basel: Bank for International Settlements.

CARVALHO, F.C. (1998). **The Real Stabilization Plan and the Banking Sector in Brazil.** *Banca Nazionale del avoro Quarterly Review*, v. LI, n. 206, p. 291-326, setembro.

CLAESSENS, S., A. Demirguç-Kunt, & H. Huizinga. (1998). **"How does foreign entry affect the domestic**

DYMSKI, G.A. (1999). **The Bank Merger Wave: The Economic Causes and Social Consequences of Financial Consolidation.** Armonk/London: M.E. Sharpe.

FREITAS, M.C. (1999). **"Abertura do sistema bancário ao capital estrangeiro"**. In Freitas, M.C. (org.),

Group of Ten (2001). **"Report on Consolidation in the Financial Sector"**,

HAWKINS, J. & D. Mihaljek (2001). **"The banking industry in the emerging markets economies: competition, consolidation and systemic stability"**. BIS Papers no. 4. Basle: BIS.

IBGE/DECNA.(1997). **Sistema financeiro: uma análise a partir das contas nacionais, 1990-1995**. Rio de Janeiro: IBGE/DECNA.

IMF Staff Team (2001). **International Capital Markets: Developments, Prospects, and Key Policy Issues:International Monetary Fund. Chapter V, pp.120-177. August. Acesso: jun, 2002.**

IMF (2002). **“Bank intermediation and competition in Brazil”**, mimeo.

NAKANE, M.I. (2001). **“A test of competition in Brazilian banking”**. Working Papers Series no. 12. Central Bank of Brazil, March.

PAULA, L.F. (1998b). **“Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil”**. Nova Economia, v. 8, n. 1, pp.87-116, Junho/Dezembro.

PAULA, L.F. & A.J.Alves Jr (2003). **“Banking behavior and the Brazilian economy after the Real Plan: a Post Keynesian approach”**. Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review no. 227, December.

PAULA, L.F., A.J.Alves Jr & M.B.L.Marques (2001). **“Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994-1998)”**. Estudos Econômicos, v. 31, n. 2,pp. 286-319, Janeiro/Março.

PUGA, F.P. (1999). **“Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial”**. Textos para discussão, n. 68, Rio de Janeiro: BNDES, Março.

ROCHA, F. (2001). **“Evolução da Concentração bancária no Brasil:1994-2000”**. Banco Central do Brasil.

SANTOMERO, . Eckles (2000). **“The determinants of success in the new financial services environment”**, FRBNY Economic Policy Review, pp. 11-23, October.

Site do Banco central; www.bcb.gov.br/ consultado em 10/03/2008